

# Alt Risco

Diretor: Filomena Barros | Nº.204 - ano 20 | Dezembro de 2017 | Publicação Mensal | Preço: €0,50 (iva incluído)  
Jornal da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais | Instituição de Utilidade Pública

## Tribunal Constitucional chumba a Taxa Municipal de Proteção Civil de Lisboa

Batalhão de  
Sapadores Bombeiros  
de Lisboa - 1931

Regimento de  
Sapadores Bombeiros  
de Lisboa - 2017

Uma cidade que **SEMPRE**  
apostou na Proteção Civil  
não pode parar agora

# editorial



Por Fernando Curto, Presidente da ANBP

## Queres ver que os responsáveis políticos se esqueceram dos bombeiros Portugueses?

**A** catástrofe que nos “visitou” este ano e que nunca esqueceremos, vai sendo recordada e bem pelos nossos responsáveis políticos.

Desde o Presidente da República, (que teimosamente não recebe os bombeiros portugueses apesar de lhe ter sido já solicitada uma audiência), até ao Senhor Primeiro Ministro, vão apresentando milhões, quando ainda há pouco tempo se falava em dificuldades financeiras para profissionalizar ou apoiar os bombeiros portugue-

ses, vão fazendo visitas solidárias, construindo casas, visitando quartéis de bombeiros, etc, etc, etc. Tudo isto está CORRETO! Tudo isto é efetivamente da responsabilidade dos decisores políticos.

Contudo, não vimos ainda NENHUMA medida concreta com vista à organização do setor dos bombeiros e proteção civil e muito menos uma solução para a ORGANIZAÇÃO dos bombeiros portugueses.

De um momento para o outro surgem soluções para tudo e para todos, menos para os bombeiros.

Aliás, os bombeiros portugueses parecem ARREDADOS de tudo o que nos diz DIRETAMENTE respeito. Ou seja, parece que os responsáveis políticos, apesar de se dirigirem aos bombeiros nesta ou noutra cerimónia como que por obrigação, IGNORAM um setor que esteve sempre na linha da frente e se melhor não fazem ou não fizeram é porque os responsáveis políticos não lhe dão ou deram oportunidade em se formar, ter melhores condições para combater e fazer prevenção e, claro, apostando noutras forças que NADA tem com um setor tão específico como é o combate e a luta contra as catástrofes, sejam naturais ou causadas pelo homem.

O ano que se vai iniciar será o ano de todas as mudanças neste setor e tudo faremos para que possam ser os bombeiros a traçar o seu próprio caminho.

Estamos cansados que outros

decidam por nós e claro que decidem mal! Estamos cansados que o poder político substitua os bombeiros por outras forças de segurança quando deveriam investir nos bombeiros profissionais e voluntários e não o fazendo argumentam que não temos condições e, claro, nem sequer sabemos comandar e muito menos organizar o socorro.

Os bombeiros portugueses (profissionais e voluntários) estão organizados e iremos contribuir para as soluções que o setor necessita mas recusamo-nos a CONTINUAR a ser IGNORADOS e recusamo-nos também a que usem e abusem dos bombeiros portugueses, colocando-lhes o rótulo de COITADINHOS para que todos tenham pena de nós.

Sejamos profissionais ou voluntários recusamo-nos a ter tais desígnios, uma vez que devemos OBRIGATORIAMENTE ser tratados por técnicos, queremos ser melhor formados, queremos mais condições para a salvaguarda as vidas e haveres das populações que é esse o nosso compromisso para com o nosso País.

O ano de 2018 será certamente o ano em que os bombeiros portugueses, de uma vez por todas, irão LUTAR para que possam ter melhores condições para fazer frente às catástrofes.

É que quando há qualquer problema ou as populações estão aflitas o que faz e diz qualquer cidadão? CHAMEM OS BOMBEIROS!



### + Mais

Decorreu o primeiro encontro da Federação Nacional de Bombeiros Portugueses onde ficaram definidas várias iniciativas para assegurar a representatividade dos bombeiros portugueses.

ANPC tem perto de 60 milhões de euros para adquirir meios aéreos entre os anos de 2018 e 2020.

Governo investe nos sapadores florestais com a entrega de 44 novas viaturas.

Cruz Vermelha doa meio milhão de euros às vítimas dos incêndios.

Câmara Municipal de Santa Cruz da Madeira mantém Taxa de Proteção Civil.

### - Menos

O Tribunal Constitucional chumbou a Taxa de Proteção Civil da cidade de Lisboa, o que condiciona o investimento de qualidade na segurança dos cidadãos.

Operadores do CODU denunciam falhas do INEM nas horas críticas do incêndio de Pedrógão Grande.

Mais de meio milhão de animais morreu nos incêndios de outubro, num ano onde os fogos destruíram mais de 400 mil hectares de floresta.

Este jornal está escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico

Consulte o nosso site em [www.anbp.pt](http://www.anbp.pt) e o nosso Facebook



**ficha técnica** | Jornal da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais | Instituição de Utilidade Pública

**Diretor**  
Filomena Barros

**Diretor-Adjunto**  
Sérgio Rui Carvalho

**Redação**  
Cátia Godinho  
Alexandra Martins Silva

**Fotografia**  
Cab. Audiovisual ANBP

**Grafismo**  
João B. Gonçalves

**Paginação**  
João B. Gonçalves

**Impressão**  
Gráfica Funchalense

**Propriedade**  
Associação Nacional de Bombeiros Profissionais  
Av. D. Carlos I, 89, r/c 1200 Lisboa  
Tel.: 21 394 20 80

**Tiragem**  
25 000 exemplares

registo n.º 117 011  
Dep. Legal n.º 68 848/93

**Alto Risco** | **cupão de assinatura**

Nome: \_\_\_\_\_

Morada: \_\_\_\_\_

Código Postal: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Tlm.: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Assinatura Anual do Jornal Alto Risco: 8 euros | Despesas de envio: 2 euros | Total: 10 euros  
Enviar Cheque ou Vale de Correio para:  
Associação Nacional de Bombeiros Profissionais - Av. Dom Carlos I, 89, r/c - 1200 Lisboa

# sindicato



Por Sérgio Rui Carvalho, Presidente do SNBP

Depois de um ano de luta e, em alguns casos, atípico no que se refere a legislação para os bombeiros, 2017 tem, de uma vez por todas, de ir ao encontro das necessidades dos bombeiros na primeira pessoa. A nossa postura vai ser denunciar aqueles que nos prejudicam ou queiram prejudicar, mas também louvar aqueles que nos valorizarem e reconhecerem a nossa profissão.

Não vamos aceitar que queiram impor aos bombeiros ordenados miseráveis. Se há dez anos atrás, em início da carreira, um bombeiro municipal ganhava mais 65 a 70 euros, (em média), que o ordenado mínimo nacional, vamos chegar a 2017 e os bombeiros municipais vão ganhar em início de carreira, com todos os aumentos que houve até hoje, o ordenado mínimo nacional. Com este exemplo, podemos ver a evolução que tem havido nos vencimentos dos bombeiros, numa carreira da administração pública, que todos os setores da sociedade reconhecem como nobre, mas que, na primeira pessoa, tratam muito mal. A este ritmo, em 2018 os

bombeiros municipais, mais uma vez, vão ser aumentados e ganhar o ordenado mínimo nacional. Haja decência!

É com grande expectativa que aguardamos o novo estatuto e, olhando para estatutos já aprovados de outras forças de segurança, sabemos que não vai ser fácil a sua negociação. Mas também tendo em conta aquilo a que a carreira chegou não vai ser preciso muito para melhorar a situação atual.

Em 15 anos, muita coisa mudou no setor, mas teimosamente nos bombeiros profissionais tudo se tem feito para que o seu crescimento não aconteça e o facto de governo atrás de governo, de legislatura em legislatura, o estatuto não ser publicado, é disso exemplo. Este Sindicato tem voz e vai afirmá-lo na primeira pessoa sempre que um presidente de câmara, um vereador, um comandante, um adjunto ou até mesmo um assessor queira aplicar aos bombeiros alguma proposta que ponha em causa a sua dignidade e que, em vez de engrandecer os bombeiros

Olhando para o ano de 2017 que está a acabar, lembro o que escrevi no ano passado para o jornal Alto Risco Novembro/Dezembro. Um ano volvido, nada foi feito e a única coisa que alterou foi o facto de o ordenado mínimo nacional passar de 557 euros mensais para 580.

Espero que no Natal de 2018 não tenha que voltar a publicar este mesmo artigo.

“Os Bombeiros não são carne para canhão”

## “2017 tem de ser o ano das decisões

profissionais, apenas dê jeito a dois ou três. Um outro exemplo grave e que é necessário corrigir é a atual situação das penalizações no regime de aposentação. Cada vez mais os quadros dos bombeiros começam a ficar saturados com elementos com idade já avançada e que recusam ir para aposentação sob pena de receberem metade da reforma, colocando um esforço enorme sobre as estruturas operacionais e a sua entidade patronal.

A este ritmo, olhando para Lisboa como exemplo, dentro de dez anos, perto de 500 bombeiros estarão ao serviço e já ultrapassando o tempo de idade necessária para a aposentação, mas que por motivos de penalização terão que se “arrastar” ao serviço. Se isto não preocupa os responsáveis do nosso país, a nós preocupamos e muito. Sempre alertamos para esta temática, mas continuamos na fase dos estudos e avaliações. Por último, a todos os bombeiros, desejo um Bom Natal, um Bom Ano e que 2017 seja o nosso ano com a resolução de três grandes bande-

ras para o setor: estatuto dos bombeiros profissionais das autarquias (Sapadores e Municipais); estatuto da Força Especial de Bombeiros; e Acordo Coletivo de Trabalho para os bombeiros profissionais das associações humanitárias. Três

medidas que se quem nos governa quisesse, ficariam na história dos bombeiros portugueses por mais 600 anos e, como se costuma ouvir, em muitos aniversários, com “letras gravadas a ouro”.

Os bombeiros mantêm a esperança!”



## Informação aos associados

### Relativamente aos pontos do SIADAP:

Já foi solicitado a todas as câmaras com bombeiros sapadores e municipais que informem os bombeiros de quantos pontos detêm atualmente, tendo em conta que em 2018 vão ser desbloqueados os escalões.

Alertamos todos os bombeiros para que verifiquem se a sua pontuação está correta, dado que a mesma vai refletir-se no desbloqueamento dos seus escalões.

Os pontos são contabilizados desde o último desbloqueamento que tiveram.



# FNBP



## FNBP está criada e quer representar todos os bombeiros portugueses

“Um dia histórico”, assim foi qualificado o ato presenciado por cerca de 70 bombeiros portugueses no dia 17 de Dezembro, nas instalações da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide. “Seis meses depois dos incêndios de Pedrógão Grande, onde ficaram expostas a hombridade dos bombeiros portugueses,

mas também as suas fragilidades”, a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e a Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários uniram esforços e realizaram o primeiro encontro da Federação Nacional de Bombeiros Portugueses. A FNBP fez a sua apresentação a 14 de Novembro, assumindo-se como a “legítima representante dos

bombeiros”, segundo explicaram os dirigentes da nova estrutura. O objetivo é assegurar uma maior representatividade dos bombeiros portugueses perante “quem manda e quem legisla”. Os bombeiros, profissionais e voluntários, pretendem um estatuto profissional, uma carreira definida, o reco-

nhecimento da atividade de bombeiro como sendo de risco e seguros que vão de encontro às suas necessidades, decorrentes das suas funções e dos ricos a que se expõem. A união de esforços pretende ainda mostrar uma “organização da classe, neste momento de grandes mudanças que se operam no setor da proteção civil”, explicou

Fernando Curto, presidente da ANBP. “O nosso objectivo é dar melhores condições aos bombeiros para servirem a população. Há uma nova e importante associação no sector que tem de ser ouvida”, concluiu Fernando Curto, presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais (ANBP) e dirigente da FNBP.



**Sérgio Carvalho, vice-presidente ANBP**  
*A Federação tem um objetivo que é fazer com que a nossa profissão tenha voz. Em relação à ANBP, estamos a ter grande expectativa e desde sempre percebemos que, para que todos estejam muito bem na vida, nos éramos usados e usavam a rivalidade entre profissionais e voluntários para irem gerindo os seus interesses.*



**Rui Silva, presidente APBV**  
*Não queremos fazer assaltos. Queremos é transparência. Queremos que o fundo seja textualmente cumprido.*



Ao fim de várias horas de discussão no auditório da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, a Federação Nacional dos Bombeiros Portugueses decidiu levar a efeito diversas iniciativas. Entre elas, a solicitação de reuniões a vários responsáveis políticos.

1. Levar a efeito Encontros no Norte, Sul, Região Autónoma da Madeira e Açores com todos os Bombeiros Profissionais e Voluntários, de todo o País.  
2. Solicitar audiências, com carácter de urgência, a Suas Exas. o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, o Ministro da Administração Interna, Associação Nacional de Municípios Portugueses e Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

3. Promover uma reunião e constituir um grupo de trabalho com os legítimos representantes do sector (LBP - Liga dos Bombeiros Portugueses, ANBP - Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, APBV - Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários e ACBP - Associação de Comando de Bombeiros de Portugal), com vista à valorização dos bombeiros e apresentação de propostas conjuntas junto do Governo no que respeita à legislação para este tão importante sector.

4. As audiências têm como objetivo não só apresentar os Princípios e Objetivos da Federa-

ção como também solicitar a participação direta da FNBP em todas as decisões, resoluções, alterações legislativas ou outras que façam parte integrante da nossa Classe - Bombeiros de Portugal, independentemente de serem profissionais ou voluntários.

5. Esta Federação é uma união de esforços entre a ANBP e a APBV no sentido de reivindicar medidas e organização estruturante para os bombeiros, enquanto legítimas representantes dos bombeiros profissionais e voluntários.

6. A FNBP quer ver a sua representatividade reconhecida e fazer parte da gestão do fundo social do bombeiro, em igual parceria com a Liga dos Bombeiros Portugal.

7. Repor a percentagem/bonificação do tempo despendido pelos bombeiros para efeitos de aposentação que são pagos pela legislação para este tão importante sector.

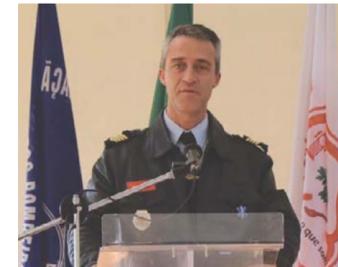
8. A FNBP quer ver a sua representatividade reconhecida e fazer parte da gestão do fundo social do bombeiro, em igual parceria com a Liga dos Bombeiros Portugal.



**Micael Rodrigues, B.M. Santarém**  
*Está na altura dos bombeiros do país se unirem para reivindicar a nossa representatividade.*



**Rui Faria, B.V. Caldas da Rainha**  
*Estamos muito preocupados com os outros agentes. Temos que olhar para nós. Hoje é o princípio de tudo. Nós temos 100% de eficácia. Nenhum incêndio fica por apagar.*



**Jorge Cartaxo, B.V. Carnaxide**  
*Comando Nacional de Bombeiros com efectivas funções de comandos*



**Manuel Fonseca, Comandante B.V. Carnaxide**  
*Em boa hora aparece uma alternativa aos nossos objectivos. Até agora não tínhamos uma união conjunta.*



**Henrique Maria, Bombeiros Municipais de Olhão**  
*A falta de respeito pelos bombeiros desde que foi criada a ANPC é muita.*



**Ruben Reis, RSB (dirigente ANBP)**  
*Uma ideia que se estranha-se e depois estranha. Mas rapidamente estavam lá os pontos positivos. Mostra que o sector esta a ser ultrapassado pela forças militarizadas. Através desta união vamos ocupar um espaço que é nosso.*



**André Alberto, B.V. Campo de Ourique**  
*Necessidade de haver um Serviço Nacional de bombeiros, mais e melhor formação.*



**Hugo António, RSB (coordenador Secretariado Regional de Lisboa ANBP)**  
*Deveríamos criar departamentos neste federação. Representatividade da Federação não só nos órgãos quando vamos a ministérios ou ao governo.*

percentagem na contabilização das reformas dos bombeiros. Até agora os bombeiros poderiam aposentar-se tendo uma bonificação sobre o tempo de serviço. A perda desta bonificação além de desvirtuar o estatuto social do bombeiro, obriga os bombeiros a prestar socorro já com idades mais avançadas, para que não sejam prejudicados na reforma

8. Profissão/Atividade de despesa rápida para os Bombeiros Profissionais e Voluntários deve ser considerada como tal, devido aos horários rotativos, exposição à fadiga física e mental, bem como à exposição vários tipos de riscos.

9. Alterar nas seguradoras a questão da penalização da profissão de bombeiro. O valor das coberturas dos seguros não garante as necessidades dos bombeiros.

Devem ter lugar alterações nos seguros de morte, mínimo 300.000€, incapacidade temporária, absoluta e total deve ser de 70 € por dia. Garantir as despesas de tratamento 20 VEZES o Salário Mínimo nacional e quando esta verba exceder este capital o mesmo deve ser acionado o Fundo Social dos Bombeiros. Na questão dos seguros para bombeiros Voluntários, estes são classificados como seguros de acidentes pessoais, pelo que sempre que um bombeiro voluntário sofre um acidente,

não recebe as despesas de tratamento ou transporte, a não ser aquando do fecho do processo e de indemnização final.

10. Nos Bombeiros Portugueses, a periodicidade dos exames médicos não está adequada à profissão, não devendo ser de dois em dois anos. É necessário assegurar a realização periódica frequente de RX Pulmonares e Espirometria.

Assistência médica OBRI-GATÓRIA para todos os bombeiros portugueses. Essa assistência tem que ter uma periodicidade mais regular e de 6 em 6 meses., em tempo real quando se justifique, e median-te as intervenções que tiveram lugar, atendendo à profissão de risco que é a atividade dos bombeiros portugueses.

11. A FNBP defende que a Escola Nacional de Bombeiros - ENB deve ter uma qualificação académica e pedagógica tal como



**Luís Nunes, B.V. Loures**  
*É preciso fazer ver que profissionalizar não tem de ser sinónimo de extinção do voluntariado, é apenas uma forma de garantir a eficiência do socorro. É preciso mostrar que a palavra Bombeiro tem que ter o mesmo peso dentro e fora do país, com a mesma interpretação legal e com o mesmo grau de confiança*

as Universidades e deve estar na dependência direta da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Defendemos uma participação na ENB, em moldes a definir, da Liga dos Bombeiros Portugueses, da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários e da Associação de Comandos dos Bombeiros de Portugal.

12. A FNBP exige ser ouvida e fazer parte de todos s órgãos consultivos/decisão em matéria de legislação de bombeiros e as alterações do sector

13. A FNBP afirma-se como uma legítima Instituição que representa os bombeiros profissionais e voluntários. Queremos afirmar-nos na defesa da NOSSA classe apresentando e discutindo com o Governos Soluções que valorizem os Bombeiros portugueses e o nosso País.

## prémio ordem dos advogados



► Os bombeiros estiveram presentes neste reconhecimento

# Ordem dos Advogados distingue bombeiros e entrega Prémio à ANBP

A Ordem dos Advogados atribuiu o Prémio Ângelo d'Almeida Ribeiro à Associação Nacional de Bombeiros Profissionais ex aequo com a Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários. A proposta foi da Comissão dos Direitos Humanos, Questões

Sociais e Assuntos da Natureza, como forma de reconhecimento do trabalho "de todos e de cada um dos Bombeiros no combate aos incêndios florestais e ajuda às populações, representativo da acção permanente dos bombeiros portugueses na defesa dos direitos dos cidadãos.

O Bastonário da Ordem dos advogados, Guilherme Figueiredo esclareceu que este "não se trata de um Prémio de cortesia", lembrando a importância do trabalho dos bombeiros durante o seu discurso.

O presidente da Associação Nacional de Bombeiros

Profissionais, Fernando Curto, agradeceu o prémio, acrescentando que "recebemo-lo com a honorabilidade com que vocês nos atribuem".

Também o presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Questões Sociais e Assuntos da Natureza, Alfredo Castanheira Neves, consi-

derou que a escolha da atribuição do prémio "afigurou-se bastante ligeira, apesar dos motivos".

O prémio Ângelo d'Almeida Ribeiro distingue anualmente as personalidades ou entidades que mais se tenham destacado na defesa dos direitos dos cidadãos.



► Fernando Curto mostra o Prémio com que os bombeiros portugueses foram distinguidos, através da ANBP

## Lista dos Prémios Atribuídos

- 2001- Associação de Mulheres Contra a Violência
- 2002- Comunidade Juvenil São Francisco de Assis
- 2003- Obra do Padre Américo
- 2004- Associação Ponto de Apoio à Vida e Refúgio Aboim Ascensão
- 2005- Instituto de Apoio à Criança ex aequo Associação O Ninho
- 2006- Associação Luís Pereira da Mota
- 2007- AMI, Assistência Médica Internacional, ex-aequo Banco Alimentar Contra a Fome
- 2009- Advogado Joaquim Paes Pires de Lima
- 2010- Frei Bento Domingues
- 2011- Advogado Nuno Godinho de Matos
- 2012- Ana Maria Calado, ex-diretora do Estabelecimento Prisional Regional de Odemira
- 2013- D. Manuel da Silva Martins, Bispo Emérito de Setúbal.
- 2014- Maria Clara Sottomayor, ex aequo, Congregação das Irmãs do amor de Deus
- 2015- Maria de Jesus Barroso, a título póstumo, ex aequo, jornalistas portuguesas pela denúncia da violação dos Direitos Humanos, entregue à direcção do Sindicato dos Jornalistas.

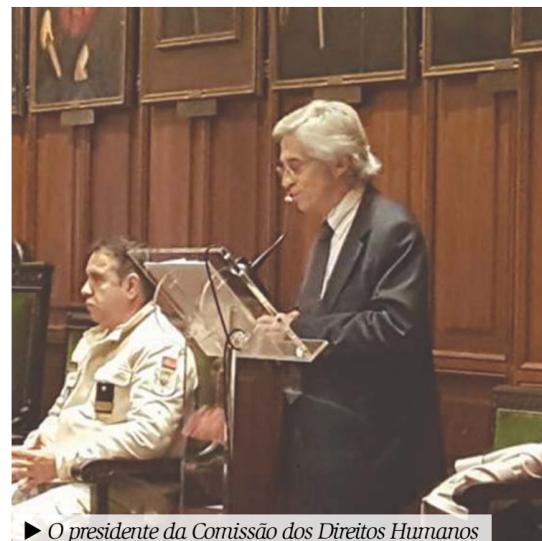
## entrevista



► Fernando Curto agradeceu reconhecimento



► Rui Silva, Presidente da APBV, recebe o prémio



► O presidente da Comissão dos Direitos Humanos



► O Bastonário da Ordem dos Advogados, Guilherme Figueiredo

No dia da atribuição do Prémio Ângelo d'Almeida Ribeiro à Associação Nacional de Bombeiros Profissionais ex aequo com a Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários o Alto Risco falou com o Bastonário da Ordem dos Advogados, Guilherme Figueiredo, sobre a escolha para a atribuição deste prémio ter recaído sobre os bombeiros.

**D**e onde partiu a decisão de reconhecer, este ano, os bombeiros portugueses?

Este ano tivemos tristes acontecimentos. Este ano em que houve um trabalho mais intenso dos bombeiros profissionais e voluntários, mas não ficar apenas pelo triste ano. É mais ficar um ano marcado pelo reconhecimento dos bombeiros. E esse reconhecimento tem a ver com aquilo que é a ajuda ao outro. A circunstância que é tornar o outro como objeto de ação dos bombeiros. Nas sociedades contemporâneas, o outro aparece muito nos discursos, mas não tanto como objeto de ação. E é nesse sentido que a Ordem, que tem também uma história muito grande a favor do outro, porque defende as liberdades, os direitos e as garantias. Este foi um reconhecimento de uma atividade, de uma ação a favor do outro e que

condições objetivas que é preciso melhorar, falta de apoios e coordenação que é preciso melhorar e muitas vezes sem se tirar as devidas relações que é preciso tirar desses acontecimentos. E foi precisamente isso que a Ordem tentou fazer. Chamar a atenção desta atividade e para as deficientes condições de trabalho que não ignoramos.

condições objetivas que é preciso melhorar, falta de apoios e coordenação que é preciso melhorar e muitas vezes sem se tirar as devidas relações que é preciso tirar desses acontecimentos. E foi precisamente isso que a Ordem tentou fazer. Chamar a atenção desta atividade e para as deficientes condições de trabalho que não ignoramos.

**Como foi decidida a atribuição deste Prémio?**

Tendo em conta que a Ordem é uma instituição com um enorme relevo na sociedade portuguesa, acho que lhe cabia essa função. A questão era que prémio atribuir, que medalha? Entendemos que o Prémio Ângelo d'Almeida Ribeiro tem um significado especial porque significa alguém que esteve na vanguarda da defesa dos direitos humanos e nós entendemos a atividade dos bombeiros como uma atividade que desenvolve os direitos humanos.

## incêndios



## Incêndio de Pedrógão Grande já tem arguidos

A investigação dos incêndios em Pedrógão Grande levou à constituição de dois arguidos: o comandante de Pedrógão Grande e o Segundo Comandante Distrital de Leiria, ambos chegados este ano à proteção civil. Augusto Arnaud e Mário Cerol são suspeitos de homicídio por negligência e ofensas corporais por negligência.

A investigação, a cargo da Polícia Judiciária de Coimbra, deverá estar encerrada até o final de 2017. Deverão ainda ser constituídas arguidas mais de meia dúzia de pessoas ligadas à proteção civil, à GNR e a concessionárias de estradas.

Citada pela Agência Lusa, dia 15 de dezembro, a presi-

dente da Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande, Nádia Piazza, acredita que “muitos mais” arguidos vão ser constituídos no âmbito destes incêndios. Nádia Piazza sublinhou que, à medida que vai sendo conhecido o capítulo 6 do relatório encomendado pelo Governo à equipa de Xavier Viegas começam “a vir ao de cima as falhas do INEM e da Proteção Civil naquilo que é o socorro e a emergência às populações”.

A Comissão Técnica Independente que investigou o incêndio de junho de Pedrógão Grande e que foi constituído na Assembleia da República vai investigar os incêndios de Outubro, na Região Centro do país. A resolução já foi aprovada na Assembleia da República e os trabalhos ar-

rancarão em janeiro.

A CTI terá a mesma composição da anterior, contando com onze elementos (entre os quais, o antigo comandante nacional José Manuel Moura) e presidida pelo Professor João Guerreiro.

Recorde-se que o incêndio de 15 de outubro provocou a morte a 45 pessoas e feriu outras 70. Mais de 800 casas foram atingidas e arderam 200 mil hectares de floresta, ou seja, uma área equivalente ao distrito de Lisboa, segundo a estimativa do Sistema Europeu de Informação de Incêndios Florestais.

De acordo com dados do relatório provisório do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, até 16 de outubro arderam 418 mil hectares em Portugal Continental.

## António Costa quer “reforma da floresta”

O Primeiro-Ministro considera que Portugal continuará exposto a fenómenos extremos e deixou o alerta: “o tempo para a reforma estrutural da floresta esgotou-se”, impondo-se que o investimento no combate aos incêndios será acompanhado por uma reforma estrutural da floresta.

António Costa falava na cerimónia de condecoração do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS) da GNR, no dia 18 de dezem-

bro, no Terreiro do Paço. Uma cerimónia em que o governante aproveitou para dizer o que está mal e o que falta fazer na floresta portuguesa, seis meses depois do incêndio de Pedrógão Grande.

“Há 11 anos a reforma visou comprar tempo para que se fizesse a reforma da floresta. Ao longo dos anos, disse que estávamos a desperdiçar o tempo comprado”, esclareceu António Costa. “O tempo é algo que se esgota e o tempo esgotou-se. Agora é necessário fazer na floresta o que se fez há 11 anos na pro-

teção civil”, esclareceu o Primeiro-Ministro.

António Costa referiu ainda ter reafirmado “o compromisso do Governo no sentido de aumentar o número de efetivos dos sapedores florestais e assegurei o empenho em reforçar a capacitação dos bombeiros voluntários, a par do aumento dos efetivos profissionais no seio dos corpos dos bombeiros voluntários. Do mesmo modo, estamos a contar ver reforçada a capacidade de intervenção das Forças Armadas na assistência militar de emergência”.

## Cruz Vermelha doa meio milhão de euros às vítimas dos incêndios

O presidente da Cruz Vermelha, Francisco George, disse na cerimónia de entrega do Prémio Nacional dos Direitos Humanos 2017, que decorreu na Assembleia da República, no dia 13 de dezembro, que os donativos para as vítimas dos incêndios vão ser doados até ao Natal.

“Dou aqui a garantia que até ao dia de Natal a taxa de execução dos trabalhos financiados pelos donativos à Cruz Vermelha, que ultrapassam o meio milhão de euros, será de 100%. Os donativos serão devidamente utilizados até dia 25 de dezembro”, afirmou Francisco George.

O Prémio Nacional dos Direitos Humanos 2017, no valor de 25 mil euros, foi entregue à Cruz Vermelha pela sua atuação junto das populações du-

rante os incêndios do verão.

O presidente da Assembleia, Eduardo Ferro Rodrigues, entregou o prémio e disse que “no que diz respeito à ação voluntária em contextos de emergência, o papel da Cruz Vermelha é realmente único e insubstituível. Vimos isso uma vez mais este ano, em Portugal, com a resposta dada no contexto trágico dos incêndios florestais”.

Ferro Rodrigues acrescentou que a ação da Cruz Vermelha foi visível “através do reforço de meios de emergência, na participação em equipas de socorro e transporte, de apoio psicológico, logístico e de sobrevivência às populações desalojadas ou deslocadas, bem como na “recuperação e retorno à normalidade” das populações afetadas.



## Presidente da República passa o Natal e Ano Novo nas áreas afetadas pelos incêndios

O presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, passou o dia de Natal, dia 25 de dezembro, em Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera, com as famílias vítimas dos incêndios de 17 de junho.

De acordo com a agência Lusa, o presidente da República apelou às pessoas se deslocarem às zonas afetadas para “contribuírem para esta mudança em curso, este reconstituir o futuro, é muito importante”, acrescentando que “é muito importante porque quem cá está, sente esse calor

da presença. E é muito importante porque mexe com a vida, mexe com a economia, mexe com a sociedade. É aquilo que é preciso que aconteça sobretudo no próximo ano, porque engrenando no próximo ano, já engrenou.”

Segundo uma nota da Presidência da República, do dia 7 de dezembro “no Fim do Ano, o Chefe de Estado estará em alguns dos locais mais afetados pelos incêndios de 15 de outubro, nomeadamente em Oliveira do Hospital e Vouzela, concelhos em que se verificaram mais vítimas mortais”.

## lisboa



## Tribunal Constitucional considera taxa da proteção civil inconstitucional

O Tribunal Constitucional considerou que a taxa de proteção civil de Lisboa é inconstitucional. A decisão sumária, anunciada a 19 de dezembro, foi conhecida dias depois de a Câmara de Lisboa ter votado várias propostas que visavam revogar ou sus-

pender a taxa, apresentados pelos partidos da oposição. Todos os documentos foram chumbados e o Bloco de Esquerda viabilizou a continuidade da sua aplicação.

O Tribunal Constitucional estava a analisar a legalidade da taxa desde março a pedido do Provedor de Justiça

Num acórdão de 13 de

Julho, o TC já tinha declarado inconstitucional a taxa de proteção civil aplicada pela Câmara Municipal de Gaia, alegando que esta taxa é um imposto e que, por isso, não pode ser criada por uma autarquia.

Com a aplicação da Taxa de Proteção Civil, a câmara municipal de Lisboa previa



## Cardeal-Patriarca de Lisboa lembrou vítimas dos incêndios e bombeiros

O Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, realizou uma missa em memória das pessoas que morreram nos incêndios de 2017.

A cerimónia, que decorreu no Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, no dia 20 de dezembro, contou com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. D. Manuel Clemente não se escondeu dos bombeiros e de outros agentes de proteção civil que combateram os fogos: “a todos, familiares, vizinhos e amigos, manifesto a minha

solidariedade e companhia. Também a gratidão profunda a quantos - Bombeiros e Autarquias, Estado e Forças Armadas e de Segurança, organizações sociocaritativas e de solidariedade social, dioceses e paróquias - organizados ou por si mesmo, foram e continuam a ser junto de quem tanto sofreu e dos familiares das vítimas, a expressão mais clara e efetiva do que somos e queremos ser como sociedade altruísta”.

O Cardeal-Patriarca de Lisboa fez questão ainda de

alertar para a necessidade de cuidar do ambiente e de que “num país como o nosso, em que a grande maioria da população se foi concentrando no litoral, corremos o risco de nos esquecer da grandeza do território, despovoado e pouco ou mal cuidado. A antiga retinuação, que era imediata e vital, com a agricultura e a floresta, foi-se perdendo, e até a própria memória de propriedades e responsabilidades se foi esvanecendo em muitos casos”.

ANBP/SNBP marcaram presença na cerimónia.

arrecadar 22 milhões de euros em 2018, mais 3,1 milhões do que em 2017.

Em Lisboa, a taxa começou a ser cobrada em 2015, em substituição da Taxa de Conservação e Manutenção dos Esgotos. De acordo com a autarquia, a verba destinava-se a “remunerar os serviços assegurados pelo Serviço Municipal de Proteção Civil nos domínios da proteção civil, do combate aos incêndios e da garantia da segurança de pessoas e bens”.

## Fernando Medina pede intervenção da Assembleia da República

Numa reação à decisão do Tribunal Constitucional, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa considerou que o assunto deve ser levado à Assembleia da República, lembrando a sua importância o financiamento dos serviços de proteção civil.

“Não sendo possível através deste mecanismo, deve ser encontrado outro na Assembleia da República”, defendeu Fernando Medina, logo após ser conhecida a decisão do TC.

A autarquia prevê devolver aos munícipes, um total de 58 milhões de euros, na sequência desta decisão. No

entanto, Fernando Medina garantiu que “a proteção civil não está em risco”.

## ANBP/SNBP defendem a manutenção da Taxa Municipal de Proteção Civil

Em comunicado, a Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais mostraram estar preocupados com a suspensão da Taxa Municipal de proteção civil em todos os municípios.

ANBP/SNBP consideram que esta Taxa de Proteção Civil se tem revelado de importância crucial para o financiamento dos bombeiros na cidade e defendem que seja encontrado um enquadramento legal para que a sua aplicabilidade continue a ser possível.

ANBP/SNBP defendem que a aplicação da Taxa Municipal de Proteção Civil seja um tema a ser discutido na Assembleia da República, tendo em conta a sua importância no investimento nos recursos humanos e equipamentos dos bombeiros portugueses (profissionais e voluntários).

Investimento, este, que tem permitido e irá permitir aumentar e melhorar a qualidade dos serviços prestados às populações.

## Lisboa reforça medidas de segurança para quadra festiva

Com as festas do final de ano a aproximarem-se, em Lisboa está tudo a postos para receber os que escolheram a cidade para dar as boas vindas a 2018. A Polícia de Segurança Pública prevê o reforço de segurança e prevenção de atos terroristas em locais de evento, nomeadamente na Praça do Comércio.

De acordo com informações da PSP, esta operação vai incluir a colocação de barreiras de cimento e de estruturas com espigões metálicos nos acessos à praça. Vão ser ainda criados corredores de passagem para as viaturas de emergência, sendo que os acessos vão ser bloqueados

com as viaturas da polícia para que seja mais fácil retirar em caso de emergência.

Vão ainda ser feitas revisitas à semelhança do que acontece à entrada dos estádios de futebol. Haverá revisitas visuais que implicam verificação de mochilas e malas e uso de raquetas para deteção de armas.

Mas enquanto não se inicia a contagem decrescente para o novo ano, a PSP já distribuiu equipas mistas por vários locais da cidade de Lisboa, nomeadamente no aeroporto Humberto Delgado, na Baixa, no Chiado, Cais do Sodré, Estação do Oriente, Parque das Nações, Marquês de Pombal e Centro Comercial das Amoreiras.

# conselhos

## Baixar, proteger, aguardar: três gestos que lhe podem salvar a vida

Recordações do terramoto de 1755, só nos livros de História, ou seja, já lá vão uns anos, para alguém se lembrar dos efeitos catastróficos que esse evento teve em Portugal, mais propriamente na cidade de Lisboa, que teve de ser quase totalmente reconstruída.

Pode ser que o próximo sismo seja apenas daqui a cem anos, mas o mais importante é conhecer o que se deve fazer caso a terra comece a tremer.

### O que fazer antes de um sismo:

- Informe-se sobre as causas e efeitos possíveis de um sismo na sua zona. Fale sobre o assunto de uma forma tranquila e serena com os seus familiares e amigos.
- Elabore um plano de emergência para a sua família.
- Certifique-se que todos sabem o que fazer, no caso de ocorrer um sismo.
- Combine previamente um local de reunião, para o caso dos membros da família se separarem durante o sismo.
- Prepare a sua casa por forma a facilitar os movimentos, libertando os corredores e passagens, arrumando móveis e brinquedos.
- Organize o seu kit de emergência: reúna uma lanterna, um rádio portátil e pilhas de reserva para ambos, bem como um extintor e um estojo de primeiros socorros.
- Armazene água em recipientes de plástico e alimentos enlatados, para dois ou três dias (atenção: verifique com periodicidade os prazos de validade).
- Identifique os locais mais seguros, distribuindo os seus familiares por eles: vão de portas interiores, cantos de paredes-mestras, debaixo de mesas e de camas.
- Mantenha uma distância de segurança em relação a objetos que possam cair ou estilhaçar.
- Conheça os locais mais perigosos: junto a janelas, espelhos, candeeiros, móveis e outros objetos. Elevadores e saídas para a rua.
- Fixe as estantes, os vasos e floreiras às paredes da sua casa.
- Coloque os objetos pesados, ou de grande volume, no chão ou nas estantes mais baixas.
- Ensine todos os familiares como desligar a eletricidade e cortar a água e o gás.
- Tenha à mão, em local acessível, os números de telefone de serviços de emergência.



► Temor de Terra



### O que fazer durante um sismo:

- Se está dentro de casa ou de um edifício
  - Se estiver num dos andares superiores de um edifício, não se precipite para as escadas.
  - Nunca utilize elevadores.
  - Abrigue-se no vão de uma porta interior, nos cantos das salas ou debaixo de uma mesa ou cama.
  - Mantenha-se afastado de janelas e espelhos.
  - Tenha cuidado com a queda de candeeiros, móveis ou outros objetos.
- Se está na rua
  - Dirija-se para um local aberto com calma e serenidade, longe do mar ou cursos de água.
  - Não corra nem ande a vaguear pelas ruas.
  - Mantenha-se afastado dos edifícios (sobretudo dos mais degradados, altos ou isolados) dos postes de eletricidade e outros objetos que lhe possam cair em cima.
    - Afasto-se de taludes, muros, chaminés e varandas que possam desabar.
    - Se está num local com grande concentração de pessoas
    - Fique dentro do edifício, até o sismo cessar. Saia depois com calma, tendo em atenção as paredes, chaminés, fios elétricos, candeeiros e outros objetos que possam cair.
    - Não se precipite para as saídas. As escadas e portas são pontos que facilmente se enchem de escombros e podem ficar obstruídos por pessoas que tentam deixar o edifício
      - Nas fábricas mantenha-se afastado das máquinas que podem tombar ou deslizar.
  - Se está a conduzir
    - Pare a viatura longe de edifícios, muros, taludes, postes e cabos de alta tensão e permaneça dentro dela.

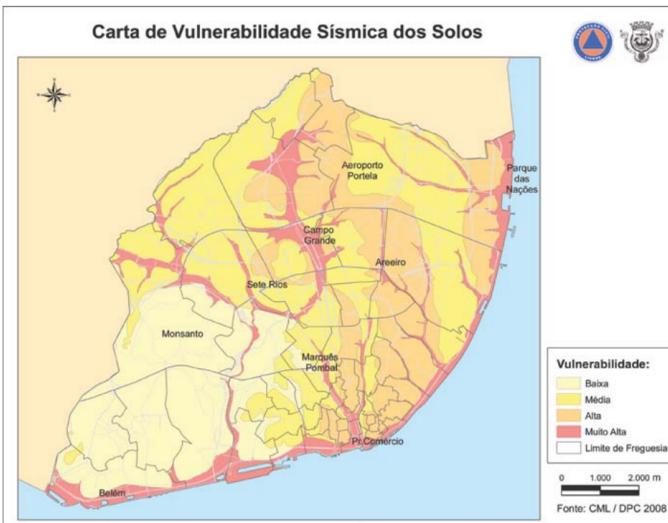
## O que fazer depois de um sismo:

- Mantenha a calma e conte com a ocorrência de possíveis réplicas.
- Não se precipite para as escadas ou saídas. Nunca utilize elevadores.
- Não fume, nem acenda fósforos ou isqueiros. Pode haver fugas de gás.
- Corte a água e o gás e desligue a eletricidade.
- Utilize lanternas a pilhas.
- Ligue o rádio e cumpra as recomendações que forem difundidas.
- Limpe urgentemente os produtos inflamáveis que tenham sido derramados (álcool ou tintas, por exemplo).
- Evite passar por locais onde existam fios elétricos soltos.
- Não utilize o telefone, exceto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás ou incêndios).
- Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Liberte-as para as viaturas de socorro.

A cidade de Lisboa foi onde se sentiram com maior intensidade os efeitos do sismo de 1 de novembro de 1755. Este sismo, com 8.7 na escala de Richter, provocou um tsunami cujas ondas atingiram os 15 metros de altura, tendo deixado para trás um elevado número de mortos, que terá ultrapassado os 10 mil, só na cidade lisboeta, que viu a sua morfologia totalmente alterada.

A Câmara Municipal de Lisboa disponibiliza na sua página da internet uma série de informações sobre o risco sísmico na cidade, inclusive uma 'Carta de Vulnerabilidade Sísmica' que mostra as zonas mais vulneráveis em caso de sismo.

Fontes:  
 Autoridade Nacional de Proteção Civil  
<http://www.ateratreme.pt/os-7-passos/>  
<http://www.proci.pt/pt-pt/RISCOSP/PROCI/PROCI/PROCI/Paginas/default.aspx#/collapse-0>  
 Câmara Municipal de Lisboa  
[http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Seguranca/Protecao\\_Civil/ficheiros/Carta\\_de\\_Vulnerabilidade\\_S%3%ADsmica\\_dos\\_Solos.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Seguranca/Protecao_Civil/ficheiros/Carta_de_Vulnerabilidade_S%3%ADsmica_dos_Solos.pdf)



**Nos primeiros minutos após o sismo**

- Mantenha a CALMA mas conte com a ocorrência de possíveis réplicas.
- Não acenda fósforos nem isqueiros, pois pode haver fugas de gás.
- Corte imediatamente o gás, a electricidade e a água.
- Observe se a sua casa sofreu danos graves. Saia imediatamente se não for segura. Nunca utilize os elevadores.
- Cuidado com vidros partidos ou cabos de electricidade. Não toque em objectos metálicos que estejam em contacto com fios eléctricos.
- Evite ferimentos protegendo-se com roupa adequada. Vista calças, camisas de mangas compridas e calce sapatos fortes.
- Observe se há pequenos incêndios e extinga-os.
- Limpe urgentemente o derrame de tintas, pesticidas e outras substâncias perigosas e inflamáveis.
- Afasto-se das praias. Depois de um sismo pode ocorrer um tsunami (onda gigante).
- Solte os animais, eles tratam de si próprios.
- Se estiver na rua, não vá para casa.
- Se houver feridos, ajude-os, se souber. Mas cuidado, não remova feridos com fracturas, a não ser que haja perigo de incêndio, inundação ou derrocada. Peça ajuda.
- Ligue o rádio e fique atento às instruções difundidas.
- Não utilize o telefone, excepto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás ou incêndios).

**TELEFONES ÚTEIS**

112 N.º DE EMERGENCIA	SERVICIO MUNICIPAL P.C.
119 P.F.P.P.	110 BOMBEIROS

Para mais informações consulte a internet em: [www.proteccaocivil.pt](http://www.proteccaocivil.pt)

**PREVENIR → PLANEAR → SOCORRER**

Ministério da Administração Interna  
 Autoridade Nacional de Protecção Civil  
 ANPC  
 Avenida do Fátima em Cascais, 2916-103 Cascais  
 Tel. 21 363 74 23 / 21 363 8 077 - Fax. 21 363 80 78  
[www.proteccaocivil.pt](http://www.proteccaocivil.pt)

### Sismos AUTOPROTECÇÃO

O sismo é um fenómeno natural, resultante de uma vibração mais ou menos violenta da crosta terrestre. Apesar de não se poder impedir ou prevenir os seus efeitos podem ser minimizados com comportamentos adequados. Manter a calma e saber agir pode marcar a diferença.

**Siga as medidas de autoprotecção contidas neste folheto e divulgue-as.**

**Antes**

**PREPARE A SUA CASA**

- Liberte as saídas e os corredores de móveis e outros objectos.
- Fixe as estantes ou móveis pesados, as garrafas de gás, os vasos e floreiras às paredes de sua casa.
- Coloque os objectos mais pesados nas prateleiras mais baixas das estantes.
- Não localize as camas perto de janelas ou debaixo de candeeiros. Cuidado com os vidros!
- Tenha um extintor em casa. Aprenda a usá-lo e faça a revisão periódica.

**PLANO DE PROTECÇÃO**

Os adultos e as crianças devem dialogar sobre o que fazer se ocorrer um sismo.

Ensine às crianças como desligar a electricidade, a água e o gás.

**EM CASA OU NUM EDIFÍCIO**

**Locais mais SEGUROS**

- Vãos de portas, de preferência em paredes mestras.
- Cantos das salas.
- Debaixo de mesas, camas ou outras superfícies resistentes.

**Locais mais PERIGOSOS**

- Elevadores.
- Junto a janelas, espelhos e chaminés.
- No meio das salas.
- Saídas.

**Tenha sempre à mão um estojo de emergência**

- Rádio a pilhas.
- Lanterna a pilhas.
- Pilhas de reserva.
- Estojo de primeiros socorros.
- Medicamentos essenciais.
- Agasalhos.

Tenha sempre armazenados água e alimentos enlatados para 2 ou 3 dias.

**Durante**

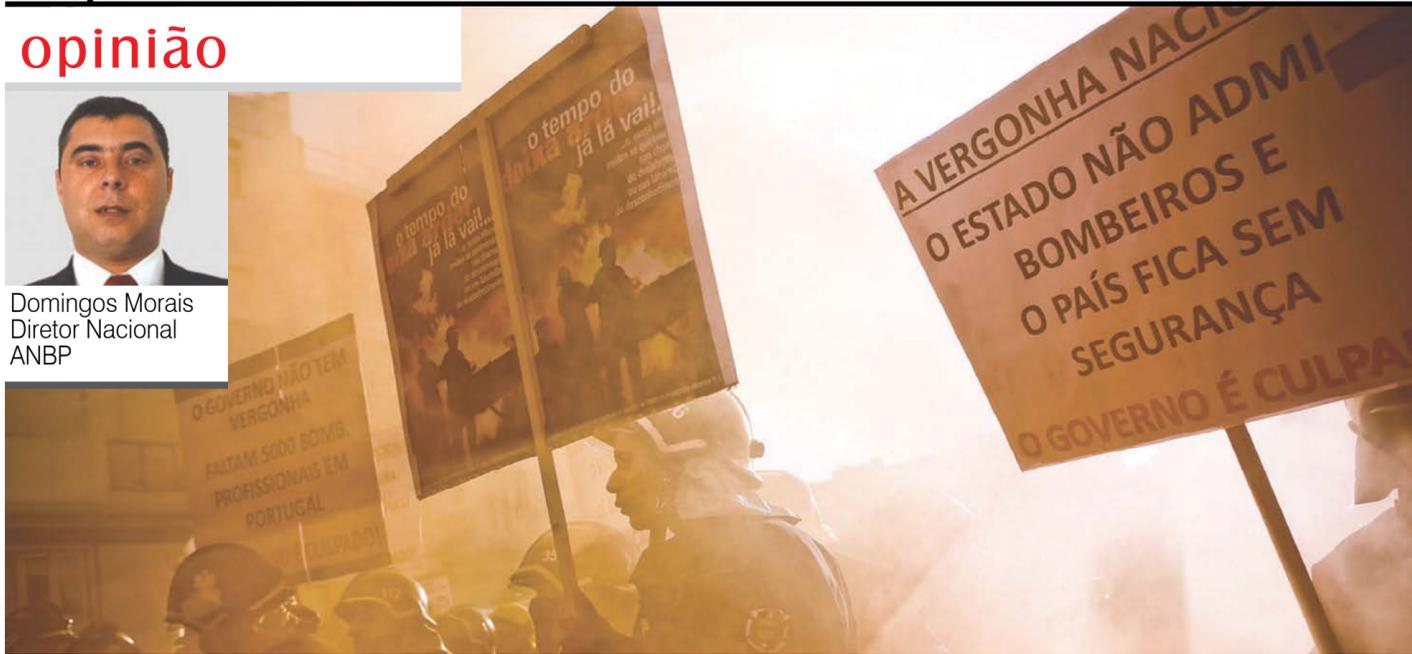
**Mantenha a CALMA!**

- **Em casa ou num edifício**
  - Dirija-se para um local seguro e mantenha-se afastado de janelas, espelhos, chaminés e outros objectos que possam cair.
  - Ajoelhe-se e proteja a cabeça e os olhos com as mãos.
  - Não se precipite para as saídas se estiver num andar superior do edifício. As escadas podem ficar congestionadas.
  - Nunca utilize os elevadores.
- **Se estiver na rua** mantenha-se afastado dos edifícios altos, postes de electricidade e outros objectos que possam cair. Dirija-se para um local aberto.
- **Se for a conduzir** pare o veículo, longe de edifícios, muros, encostas, postes e cabos de alta tensão, e permaneça dentro dele.

Pub

Rua de Belém, 84-92/1300-085 Portugal  
 Tel: 21 363 74 23 / 21 363 8 077 - Fax. 21 363 80 78  
[www.pasteisdebelem.pt](http://www.pasteisdebelem.pt) / [pasteisdebelem@pasteisdebelem.pt](mailto:pasteisdebelem@pasteisdebelem.pt)

## opinião

Domingos Morais  
Diretor Nacional  
ANBP

## Que bombeiros quer (ou não?) o Governo para Portugal?

Os incêndios deste Verão foram, sem dúvida uma catástrofe sem precedentes que abalou os portugueses, o Governo e as estruturas de socorro, e puseram a nu muitas fragilidades escamoteadas ao longo de anos.

Fragilidades essas, que sempre foram faladas em surdina em alguns círculos, mas sempre do conhecimento dos políticos que invariavelmente sempre relegaram para segundo plano, não dando a devida importância descurando a segurança de todos os portugueses.

Contudo, o ano de 2017 vai ficar na memória de todos, tais como os de 2003/2005 bem como os de 2012, pelo número de mortos e perdas de bens envolvidos. No entanto, o que mais me preocupa é e tem sido as justificações apresentadas pelos sucessivos governos para estas catástrofes – os fenómenos meteorológicos.

Claro que os eventos extremos também têm a sua quota-parte de responsabilidade no que tem corrido mal, mas isso não justifica toda a catástrofe.

Aliás, não entendo porque é que o Estado na pessoa do Primeiro-Ministro nunca aceitou publicamente que a resposta que a estrutura de socorro e a ANPC há muito que já não respondia às necessidades do país.

As falhas, do e no sistema, eram uma situação amplamente conhecida de todos os intervenientes, inclusive do

poder político que não quis mexer a fundo para resolver a situação, mantendo frágil a estrutura de socorro à espera da tragédia.

Como alguém disse “Era uma tragédia anunciada e só não se sabia quando ia acontecer, mas que certamente iria acontecer”.

### Depois de casa roubada, trancas à porta!

As demissões no MAI e na ANPC exigidas pela oposição e ao mesmo tempo por algumas estruturas ligadas ao socorro são por demais evidentes, mas sempre rechaçadas pelo Governo que não queria mostrar a desorganização do socorro e algum desnorte político perante a incessante conjuntura de acontecimentos que inexplicavelmente acontecia sem controlo.

Para alguns tarde de mais, para outros fora de tempo, as demissões aconteceram, primeiro no Comando Nacional da ANPC e por fim na estrutura diretiva do MAI, com alegações de incongruências académicas e ou falta de comando ou mesmo de pulso político para resolver tantos casos sucessivos.

A verdade indesmentível é que o desinvestimento e falta de transformação do sistema ao nível dos recursos humanos e materiais bem como das políticas estratégicas de prevenção e combate foram os percussores dessas demissões por manifesta desorganização da política nacional de proteção civil.

A visão minimalista sobre este setor a par do desconhecimento ou falta de

visão prospectiva da situação operacional nos teatros de operações, acabou por precipitar o desenrolar dos acontecimentos ao nível das demissões e, claro, sempre acompanhada de uma arrogância de quem supostamente tudo fez para que não acontecesse tal tragédia mas que na prática nada fez em relação ao que vinha do anterior governo, também ele um forte desinvestidor na segurança.

E face às demissões, havia que renovar e implementar novas visões e novas políticas, aproveitando um hiato de tempo para tentar ganhar algum tempo até ao próximo ano.

Espera-se do recém-empossado presidente da ANPC, ora aceite por uns e ora contestado por outros em surdina que o bajulam em público, com uma forte personalidade e bem vinculada na questão da

disciplina e da autoridade resultante do seu percurso militar nas Forças Armadas e na GNR, que imprima uma nova dinâmica e um novo rumo na proteção civil nos seus vários patamares.

Se no caso da nomeação do presidente da ANPC já havia alguma contestação em surdina, no caso das nomeações para o comando nacional das operações da ANPC o “bruí” foi muito maior. A nomeação de um militar da GNR para comandante nacional de uma estrutura que sempre foi “habitada” por pessoas afetas aos corpos de bombeiros foi um “tiro no porta-aviões” que criou muitas ondas de choque.

### Ninguém percebeu ou percebe o porquê do Governo nomear um militar da GNR quando Portugal parece ter tantas figuras capazes de ocupar esse lugar!

A mim não me espanta e, aliás, nem sequer ponho em causa a pessoa e as suas capacidades de liderança e comando até pelo seu percurso profissional bem demonstrativo das suas competências, e até pela confiança depos-



itada por António Costa – Ministro da Administração Interna em 2006 na sua pessoa à época enquanto comandante dos GIPS da GNR.

Com este novo figurino na ANPC, ainda que contestado por alguns e agora novamente na pessoa do Coronel Paixão novamente com um caso de uma suposta licenciatura com irregularidades, afigura-se-nos mais uma autoridade à imagem do atual governo, com uma tendência doutrinária militarizada e bem vinculada.

Concorde-se ou não com a opção do Governo, o que se espera é que esta opção possa trazer mais-valia para a organização dos agentes de proteção civil e do socorro em geral, e para a segurança dos portugueses em particular.

A catástrofe que se abateu sobre Pedrogão acaba por ser um marco histórico na política de proteção civil e ao mesmo tempo nas alterações setoriais e transversais aos incêndios florestais.

As alterações que o Governo está a fazer decorrem também do que está plasmado no relatório da Comissão Independente, mas que não era necessário em meu entender chegar até Junho de 2017 já que relatórios anteriores já diziam quase precisamente o mesmo que este.

Desde a criação da Comissão Independente até à apresentação das suas conclusões muito se debateu sobre a matéria, onde apareceram técnicos e es-

pecialistas “em tudo e mais um prego”. Uns pediam um investimento forte no combate, outros na prevenção e nós – ANBP, como sempre na articulação das duas vertentes.

### As conclusões versadas neste relatório são no mínimo arrasadoras em toda a linha em matéria de segurança e proteção civil.

Se ao relatório desta Comissão somarmos o relatório do Professor Xavier Viegas, então as vicissitudes e as falhas em todos os aspetos do socorro acabam por ser ainda mais escarpadas, pon-do a nu questões que me parecem susceptíveis de foro criminal.

O relatório não é mais nem menos do que factos devidamente sustentados em investigações académicas e observações que demonstram claramente falhas ao nível da capacidade de decisão de quem comanda, da capacidade de resposta do dispositivo operacional bem como da deficiente formação que é ministrada a todos os escalões de comando e combate e, em meu entender, acaba por ser um acumular de situações que se traduzem num modelo caduco e que acaba por não responder aos anseios dos bombeiros.

Ora, e de acordo com o Governo, estes dois relatórios vão ser o “calcanhar de Aquiles” para as políticas de reformulação de toda a prevenção estrutural



e operacional bem com o combate, o que é desejável e expetante.

Claro que o cunho desde já impresso por aqueles que entraram de novo para a ANPC, vai supostamente fazer já algumas alterações, quer internamente quer externamente.

Penso que também era tempo de haver “mexidas e abanões na estrutura da ANPC”. Se o rigor, a disciplina e o profissionalismo de onde provêm os atuais quadros de direção e comando da ANPC forem uma realidade, de certeza trará uma mais-valia.

No entanto, também não me parece a mim, e eu que até estou habituado a ser comandado por militares das Forças Armadas ou da GNR, que esta militarização do sistema seja a única solução para esta autoridade funcionar.



Atualmente a única parte da estrutura da ANPC que foi alterada foi somente ao nível da direção e comando nacional, e não foi toda!

### No plano distrital também vão ocorrer “mexidas”? Será que vão também acontecer neste patamar a “militarização” que tanto se fala em surdina? Da GNR ou Forças Armadas?

Ao contrário do que algumas pessoas tentam passar para a opinião pública, eu – nós bombeiros – não quero ser o único detentor da razão ou do conhecimento, dizendo que o socorro é exclusivo dos bombeiros, porque todos somos poucos, mas não aceitamos que após tantos anos a trabalhar de borla para o Estado, sejamos agora descartáveis ou arredados dos cenários para os quais fomos preparados para responder com formação e experiência ao longo de tantos anos.

### Se o Estado acha que os bombeiros não têm preparação suficiente para os incêndios florestais, a culpa é mesmo do próprio Estado!

O Estado é culpado da suposta falta de formação dos bombeiros e dois seus comandantes, já que é proprietário de uma suposta Escola Nacional de Bombeiros, com a gestão feita por uma entidade privada, e gestão, essa, financeira e pedagógica a que o Estado se alheou!

Aparte desta questão, e bem, o Governo após Pedrogão Grande decidiu

atalhar caminho e alterar as políticas de proteção civil, com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017.

Em meu entender, são positivas mas ainda assim insuficientes, já que carecem de ser políticas estratégicas estruturais e estruturantes e, sobretudo, de consensos políticos por forma a ultrapassarem várias legislaturas.

É um ponto de partida que carece de vontade e coragem política e espero que não passe de vãs intenções ou propaganda política!

No entanto, apesar destas intenções nas mudanças propostas, os bombeiros profissionais e voluntários mais uma vez foram ultrapassados por outras forças, e parece que no meio de tantos anúncios políticos foram novamente esquecidos ou relegados.

Um ano que parecia supostamente, e fruto das alterações – pessoas - na ANPC Nacional e Distrital, ficaram na expectativa de DECIF organizado que não correu como se esperava.

O Pós –Troika pareceu-me vir trazer medidas políticas assertivas para melhorar a organização dos bombeiros profissionais e voluntários, daqueles que todos enaltecem como os soldados da paz, sendo que o resultado final de 2016 e 2017 foi mais uma vez e, invariavelmente, uma mão cheia de nada e uma saquinha cheia de promessas ocultas, líricas e meramente de política propagandística, como é o caso Estatuto Profissional para os bombeiros profissionais da Administração Local.

### Esperava mais, e mesmo muito mais, de um Governo “Social” e supostamente com valores tradicionalmente vocacionados para desconstruir as desigualdades sociais, tivesse em conta uma reivindicação de longa data da estrutura que representa esta classe.

A verdade é que aqueles que supostamente nos deviam ter ouvido e trabalhado connosco, em vez de nos enrolarem, demitiram-se ou foram convidados a demitirem-se, e mais uma vez invariavelmente, ficamos a “chuchar no dedo” com uma mão cheia de nada de muitas vontades e promessas.



A única coisa que ficou certa e bem publicitada pelos bombeiros foram, sem dúvida, as suas intervenções com abnegação, espírito de sacrifício e sentido de missão em prol das populações que servimos e por todo o país e ilhas, ainda que em alguns casos, parece-me a mim, confundidos com outra força de segurança com um marketing mais polido e bem implantado em patamares de decisão.

Os bombeiros para lá de tudo o que se possa eventualmente apontar tudo fizeram com o máximo de profissionalismo, de acordo com as ordens dadas pelas suas estruturas de comando e da ANPC.

Gostaríamos todos que não tivesse acontecido o que aconteceu este ano, mas aconteceu e pôs a nu as fragilidades do sistema perpetuadas por algumas figuras e setores do socorro e com conluio negligente do Estado que teima em não assumir per si o socorro do país, obrigação deste mesmo Estado por força da Constituição da República Portuguesa.

Quando o Estado não quer ver que o que suporta o socorro está podre e isso implica que o Estado invista nas estruturas que dependem hierarquicamente e funcionalmente de si próprio e delega essa função em entidades privadas, com as quais não tem uma relação unívoca de tutela e responsabilidade direta nem tem o direito de exigir seja o que for a quem presta esse mesmo socorro.

Não pode pôr as mãos na cabeça, chorar ou mostrar pesar perante o que aconteceu este ano, quando o DECIF está suportado em entidades privadas que se vêm a braços com falta de pessoal para o socorro do dia-a-dia.

Mas também não pode substituir o socorro feito pelos bombeiros por elementos da GNR, devido à falta de bombeiros, tal como o tem estado a fazer humilhando os bombeiros profissionais e todos os bombeiros portugueses.

**Também não aceito eu, nem os bombeiros portugueses, que o Governo faça crer aos portugueses que os operacionais da GNR são melhores e mais bem preparados**

### que nós bombeiros para o combate aos incêndios e outras áreas de socorro!

Se se pretende um socorro como deve ser, não se pode investir em bombeiros sazonais! Tem de se investir em bombeiros profissionais para garantir um socorro imediato e de qualidade, e esta é uma obrigação do Estado.

Agora e no rescaldo dos incêndios o Governo continua a afirmar publicamente que tudo tem de mudar com lógica e planeamento ouvindo o sector.

Mas o que está a acontecer é precisamente o contrário, já que o que toca à ANBP o autismo é mesmo ensurdecedor, a não ser que tal como os seus antecessores o fizeram, ande a ouvir outras estruturas.

### Se não nos ouvem também não nos venham pedir contributos para decisões já tomadas com base noutras forças e que não as legítimas representantes dos bombeiros.

De acordo com as declarações do Governo e seguindo o raciocínio da Resolução do Conselho de Ministros nº 157-A/2017, não só se pretende e bem melhorar a prevenção estrutural e operacional, aumentar o número de sapadores florestais e apetrecha-los devidamente e até aqui estamos de acordo, e ainda, e este ainda é que não percebemos o porquê, de aumentar os GIPS/GNR em mais 500 elementos.

Atenção, a ANBP e eu próprio nada tem contra a instituição GNR ou mesmo contra os seus operacionais, longe disso. Mas também não quero nem posso aceitar, tal como fez crer no seu discurso o Sr. Primeiro-Ministro António Costa, que os bombeiros são iguais aos GIPS, no dia da condecoração desta subunidade da GNR.

A ANBP e eu próprio aplaudimos e apoiamos o aumento dos Sapadores Florestais;

A ANBP e eu próprio aplaudimos e apoiamos um aumento de 500 operacionais da GNR para guarnecer os postos e comandos territoriais que asseguram a segurança de proximidade aos cidadãos o dia-a-dia no âmbito do security;

A ANBP e eu próprio aplaudimos e apoiamos todas as medidas que o Governo queira implementar para organizar os bombeiros portugueses a fim de garantir um socorro condigno aos portugueses;

E a ANBP e eu próprio aplaudimos e apoiamos V. Ex.<sup>a</sup> O Sr. Primeiro-Ministro António Costa para que:

- Altere o funcionamento e torne público os valores existentes no Fundo Social do Bombeiro e a forma da atribuição das ajudas os bombeiros que dele necessitem;

- Tutele e torne públicas, todas as verbas angariadas nas campanhas de solidariedade levadas a cabo pelas estruturas de bombeiros;

- Defina com justiça as idades máximas para os bombeiros continuarem a prestar socorro;

- Reintroduza a percentagem/bonificação para efeitos de aposentação dos bombeiros para não termos bombeiros idosos e com problemas de saúde a prestarem socorro e a desvirtuar o Fundo Social do Bombeiro.

- Regule os seguros dos bombeiros para que não sejam prejudicados após acidentes de trabalho;

- Regule os seguros dos bombeiros para que não sejam prejudicados por serem considerados profissão/atividade de risco;

- Regule com justiça em Lei os exames e a assistência médica obrigatória em função da profissão/função/atividade de risco;

- Ausculte os bombeiros e tenha em conta a sua presença em todos os órgãos de consulta ou decisão no que concerne aos direitos e obrigações dos bombeiros;



- Tenha como parceiro na discussão da legislação dos bombeiros a ANBP;

- Consiga ao fim de 16 anos elaborar definitivamente um Estatuto Profissional para os bombeiros profissionais;

- Em face da declaração de inconstitucionalidade por parte do Tribunal Constitucional em relação à Taxa de Proteção Civil até agora aplicada por alguns municípios, possa ser legislada na Assembleia da República, para que as câmaras garantam uma segurança e um socorro condigno aos seus munícipes.

Enfim, Sr. Primeiro-Ministro António Costa aplaudimos e apoiamos V. Ex.<sup>a</sup> em todas as ações e políticas que implemente ou venha a implementar na sua legislatura que aumentem o número de operacionais em face do risco, e que implementem medidas que dignifiquem, valorizem, e aumentem a profissionalização dos bombeiros profissionais em particular e de todos os bombeiros em geral.

Nesta quadra Natalícia não quero deixar de fazer um pedido a Sua Ex.<sup>a</sup> O Sr. Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, Sua Ex.<sup>a</sup> O Sr. Presidente da Assembleia da República Eduardo Ferro Rodrigues, e a Sua Ex.<sup>a</sup> O Sr. Primeiro-Ministro António Luís Santos da Costa:

Exmos. Srs. representantes da nação, nós, os bombeiros portugueses só pretendem continuar a ser e a desempenhar a função de bombeiro, com a dignidade moral e profissional, com o respeito e a confiança que merecemos, e que V. Exas. e os portugueses depositam em nós, como garante da segurança do país.

## notícias



## IVA de reconstrução das casas afetadas pelos incêndios vai para Fundo REVITA

O Primeiro-Ministro, António Costa, anunciou, na sua visita de dois dias (16 e 17 de dezembro) à zona Centro do País, que o valor do IVA da reconstrução das casas afetadas pelos incêndios de junho vai reverter para o Fundo REVITA, criado pelo Governo com o objetivo de prestar apoio às populações e à revitalização das áreas afetadas pelos incêndios de junho.

De acordo com uma nota de imprensa do Governo, do dia 16 de dezembro, António Costa disse que devido às regras comunitárias, não é possível alargar o âmbito das isenções, “agora, podemos consignar esta receita a este fim solidário e é isso que iremos fazer”.

Em Castanheira de Pera, o

Primeiro-Ministro visitou duas habitações em reconstrução e em Pedrógão Grande visitou habitações já totalmente reconstruídas em Várzeas, Nogueira e Vale de Nogueira, entregando as chaves aos respetivos moradores: “a recuperação do território, casas e empresas, está avançar a bom ritmo”, sendo “esta a melhor forma de honrar aqueles que faleceram ou foram muito afetados pela dramática tragédia”.

António Costa acrescentou que “o que podemos ver nestes concelhos, quer nas empresas, quer nas casas, é uma grande vontade de as famílias se manterem, manterem as suas vidas e fazerem renascer a vida nestes territórios”.

Duzentas e sessenta e oito casas ficaram destruídas nos incêndios de junho, 70% das

quais já estão concluídas ou em obra. Relativamente às 1483 casas afetadas pelos incêndios de outubro, o Primeiro-Ministro disse que “neste momento, estão já 159 concluídas e em obra”, mas salientou que esta tragédia englobou 36 concelhos, “uma extensão muito grande”, que implica 75 milhões de euros para a reconstrução de habitações, contra os 10 milhões de euros necessários no caso de Pedrógão Grande.

Entre os dias 16 e 17 de dezembro, o Primeiro-Ministro e o Ministro-adjunto, Pedro Siza Vieira, e o Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Pedro Marques, visitaram a zona Centro com o objetivo “de se inteirarem das operações de reconstrução das zonas afetadas pelo incêndio de Pedrógão Grande”.

## Governo já pagou 2,2 milhões de euros às empresas afetadas pelos incêndios

O Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Pedro Marques, disse que cerca de 70% das empresas afetadas pelos incêndios de Pedrógão Grande já receberam apoio do Estado para os seus projetos. Pedro Marques, que falava aos jornalistas em Figueiró dos Vinhos, no início da visita à zona Centro, no dia 16 de dezembro, acrescentou que o Governo já apoiou 35 empresas e aprovou 12 milhões de euros de ajudas,

tendo já pago 2,2 milhões.

A visita à zona Centro teve início numa empresa de exploração de madeiras de Figueiró dos Vinhos que já se encontra a trabalhar, tendo recebido 575 mil euros de apoios comunitários, de um total aprovado de 616 mil euros

Pedro Marques acrescentou que “os fundos que foram alocados para a recuperação das empresas aqui de Pedrógão Grande foram e continuam a ser suficientes para apoiar a

recuperação de todas as empresas desta região» e que as grandes empresas afetadas pelo fogo de Pedrógão Grande “têm todas projetos aprovados e, nalguns casos, com adiantamentos feitos para começarem a adquirir maquinaria”.

O Ministro das Infraestruturas lembrou que o Plano de Revitalização do Pinhal Interior, que define medidas de maior resiliência para o território, foi aprovado e deve ser implementado até ao verão de 2018.



## Sapadores Florestais receberam 44 novas viaturas

No último dia da sua visita à zona Centro, o Primeiro-Ministro, António Costa, entregou 44 novas viaturas às equipas de sapadores florestais mais antigas do país, de 41 concelhos, num investimento de 2,5 milhões de euros.

De acordo com uma nota da página de internet do Governo, do dia 17 de dezembro, o Primeiro-Ministro fez a entrega das viaturas na Lousã, afirmando que o Governo vai “todos os anos, fazer o reequipamento que aqui iniciámos das equipas mais antigas”, com a entrega de 35 viaturas em 2018 e de 42 viaturas em 2019, num total de mais 77 viaturas nos próximos dois anos.

António Costa lembrou que, durante o mesmo período, vão ser criadas 200 novas equipas de sapadores florestais, com mais 1000 efetivos, salientando que “na proteção da flores-

ta, os sapadores florestais têm um papel crescentemente importante porque são elementos essenciais para aproximar a prevenção do combate a incêndios” e lembrou que o trabalho dos sapadores florestais é desenvolvido a longo do ano “para a gestão do combustível, ordenamento da floresta, vigilância e primeira intervenção”.

Sobre a Reforma da Floresta, que começou a ser trabalhada na Assembleia da República em outubro de 2016, o Primeiro-Ministro disse que é preciso “dotá-la de uma capacidade de viabilidade económica que permita fazer uma gestão que seja uma fonte de riqueza para as populações” e alertou para que é preciso apostar na prevenção no combate aos incêndios, “para que, no próximo ano, não se repitam as tragédias”.



### ANBP admite colaborador para o Departamento Comercial com os seguintes requisitos:

- Experiência no ramo de publicações periódicas (revista e jornal);
- Experiência em organização e angariação de patrocínios para eventos;
- Facilidade de relacionamento interpessoal e espírito de equipa;
- Dinamismo e pró-atividade; responsabilidade

notícias



## Fim das fases de combate

O Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, disse que as fases de combate aos incêndios florestais vão acabar, sendo uma das razões o facto de que os incêndios que mataram mais de 100 pessoas este ano terem ocorrido fora da fase mais crítica.

“Na nova diretiva operacional que o Governo se comprometeu a apresentar até ao final do ano, um dos elementos novos é o desaparecimento de fases, porque, como dramaticamente vimos em 2017, as duas ocorrências

de maior gravidade decorreram fora da chamada Fase Charlie [a mais crítica], uma em junho, e uma em outubro”, disse Eduardo Cabrita, segundo a agência Lusa, à margem da inauguração de um posto da GNR em Mafra, no dia 15 de dezembro.

A atual diretiva operacional prevê cinco fases: fase Alfa de 1 de janeiro a 14 de maio, fase Bravo de 15 de maio a 30 de junho, fase Charlie de 1 de julho a 30 de setembro, fase Delta de 1 a 31 de outubro, e fase Echo de 1 de novembro a 31 de dezembro.

## Governo prolongou prazo de candidatura dos agricultores afetados pelos incêndios

Devido a anomalias no acesso aos sistemas informáticos que permitiam a submissão das candidaturas dos agricultores afetados pelos incêndios do verão, o Governo prolongou o prazo de pedidos de apoio até dia 22 de dezembro. O Governo já recebeu mais de 21 mil pedidos para prejuízos até 5 mil euros.

Numa nota de imprensa do dia 14 de dezembro, refere-se que os sistemas informáticos em causa são referentes ao acesso à medida 6.2.2. do PDR2020, do Programa de Desenvolvimento Rural para apoiar o Restabelecimento do Potencial Produtivo na

atividade agrícola. Esta medida destina-se “a todos os agricultores afetados pelos incêndios que ocorreram em julho, agosto, setembro e outubro, que tenham registado prejuízos em instalações de apoio à exploração agrícola, equipamentos, culturas permanentes ou animais”.

O montante total disponível para apoiar os agricultores é de 15 milhões de euros, sendo que “os níveis de apoio correspondem a 100% dos prejuízos para valores até 5 mil euros; 85% para valores até 50 mil euros; e 50% para valores até 400 mil euros” em prejuízos.

Já terminaram outras can-

Eduardo Cabrita afirmou que “temos de ter uma presença muito significativa ao longo de todo o ano e sobretudo uma grande flexibilidade na resposta ao dispositivo”. É relevante lembrar que a 15 de outubro, dia em que começaram os incêndios que mataram 45 pessoas, o dispositivo nacional diminuiu para o número previsto na fase Delta, apesar das condições meteorológicas terem continuado propícias a incêndios florestais. A redução dos operacionais foi de 45%, a de veículos de 35% e a de meios aéreos de 65%.

madeira

## 261 mil euros entregues a 18 famílias afetadas pelos incêndios

O Governo da Região Autónoma da Madeira entregou uma compartição financeira de 261 mil euros para apoiar 18 famílias, que foram afetadas pelos incêndios de 2016, na reconstrução das suas habitações.

De acordo com uma nota do Governo Regional, do dia 12 de dezembro, os apoios prestados

durante o ano de 2017 ascenderam ao meio milhão de euros (300 mil do Orçamento da Região e 200 mil por via de donativos).

Também é indicado que já foram realizados os apoios à reconstrução de 130 habitações parcialmente danificadas pelas chamas.

## Madeira investe no Instituto de Florestas e Conservação da Natureza

O Governo Regional da Madeira entregou ao Instituto de Florestas e Conservação da Natureza (IFCN) duas viaturas todo-o-terreno e uma máquina para processamento de troncos, um investimento que ronda os 400 mil euros.

Com estes equipamentos, o IFCN pretende “reduzir o risco de ignição e propagação de focos de incêndios e aplicar as mais variadas técnicas de silvicultura preventiva”, refere uma nota de imprensa do Go-

verno da Região Autónoma da Madeira, do dia 6 de Dezembro.

O presidente Miguel Albuquerque lembrou durante a entrega desses materiais que “os investimentos que estão a ser feitos para a proteção da floresta madeirense, como a criação de linhas corta-fogo, abertura de caminhos florestais, linhas de água para abastecimento, limpeza de terrenos, reflorestação, melhoria das torres de vigilância da Polícia Florestal e dos postos florestais.”

## Santa Cruz da Madeira mantém Taxa de Proteção Civil

O presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz, na Madeira, Filipe Sousa, vai manter a Taxa de Proteção Civil no seu município. Um anúncio que surgiu depois do Tribunal Constitucional decidir que a aplicação desta taxa pela Câmara Municipal de Lisboa é inconstitucional, no dia 19 de dezembro.

Em declarações à agência Lusa, o autarca disse que “vamos aguardar. Não vamos suspender o que quer que seja. Só se houver uma decisão concreta em relação a Santa Cruz”, adiantando que nunca foi “chamado a se pronunciar em qualquer processo interposto”.

### ANBP/SNBP aplaudem decisão de Santa Cruz da Madeira

A Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais congratulam o presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Madeira, por decidir manter a Taxa Municipal de proteção civil no seu município.

Em comunicado ANBP/SNBP referiram que têm acompanhado o trabalho da autarquia, que tem feito muito pelos seus bombeiros, e reiteram que esta Taxa de Proteção Civil tem uma importância crucial para o financiamento dos bombeiros em todos os municípios do país.

notícias



## Catástrofes poderão vir a ser missão fundamental das Forças Armadas

O ministro da Defesa, José Azeredo Lopes, disse que as catástrofes, como os incêndios de outubro, podem vir a ser uma das “missões fundamentais” das Forças Armadas por estas terem efeitos superiores ao de agressões armadas. O ministro falava durante a apresentação do livro “Paz e Futura da Humanidade”, no edifício da Marinha Portuguesa no Terreiro do Paço, em Lisboa, no dia 13 de dezembro.

De acordo com a agência Lusa, o ministro da Defesa disse que “a tragédia que vivemos este ano convocou-nos muito para esse tipo de desafios: os incêndios, as situações de seca extrema, os processos extremos. De repente, olhamos para as For-

ças Armadas e para uma das missões fundamentais que elas podem vir a ser chamadas a exercer”. O ministro adiantou que eventos como o dos incêndios de outubro, “nos convoca para efeitos e para um uso em vidas humanas que pode, em muitas circunstâncias, ser bem superior ao de um ato de agressão armada”.

Contudo, Azeredo Lopes referiu que a tomada dessa decisão “obriga, evidentemente, a uma reflexão muito aprofundada e pouco dada ao imediatismo – porque o imediatismo, na sequência das tragédias, costuma ser mau conselheiro.”

O ministro também recordou o artigo 275 da Constituição Portuguesa que, no número 6, refere que “as Forças Armadas podem ser

incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de proteção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, e em ações de cooperação técnico-militar no âmbito da política nacional de cooperação”.

Azeredo Lopes lembrou ainda que, no dia anterior, numa reunião, em Paris, de ministros da Defesa da iniciativa ‘5 + 5’, que junta países do norte e sul do Mediterrâneo, foi discutido a “defesa verde”, que envolve a “participação das Forças Armadas pela natureza dos riscos associados a catástrofes naturais ou alterações climáticas que podem pôr em causa, nem que seja pelos efeitos, um conceito mais amplo de defesa nacional”.

açores



## Açores sem Plano Regional de Emergência de Proteção Civil

O PSD/Açores entregou na Assembleia Regional, no dia 19 de dezembro, um projeto de resolução que recomenda ao Governo açoriano a elaboração de um Plano Regional de Emergência de Proteção Civil, “uma vez que a Região não dispõe de um plano válido e atualizado para articular os mecanismos de proteção civil e o desempenho da missão dos vários agentes que operam nesta área.”

Num comunicado do partido social-democrata açoriano, é indicado que o deputado Carlos Ferreira, disse no parlamento que a inexistência de um plano “válido e atualizado” constitui uma “lacuna” que urge ser “corrigida” e que “a prevenção, prontidão e articulação de meios de proteção civil constitui um vetor nuclear do socorro às populações e do sentimento de se-

gurança que se lhes deve proporcionar, com especial pertinência numa região arquipelágica e ultraperiférica como é o caso dos Açores”

O deputado frisou que “apesar de tanto a Lei de Bases [da Proteção Civil] como a resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil terem sido publicados há mais de dois anos, a verdade é que na Região continuamos sem um Plano válido e atualizado, razão pela qual alertamos o Governo para a necessidade de o elaborar”

Na referida resolução está estabelecido que os planos de emergência devem ser revistos no prazo máximo de cinco anos após a sua aprovação. Compete ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores a elaboração do plano de emergência para a região.

## ANPC tem perto de 60 milhões de euros para meios aéreos

O Conselho de Ministros, do dia 14 de dezembro, autorizou a Autoridade Nacional de Proteção Civil a utilizar um montante perto de 60 milhões de euros para lançar o concurso com vista à disponibilização e locação dos meios aéreos que constituem o dispositivo complementar.

Na Resolução n.º192/2017 do Conselho de Ministros, é referido que o “montante máximo de €59 813 667” será usado entre os anos de 2018 e 2020, sendo que o valor

fixado para cada ano não pode ser excedido. A ANPC está autorizada a gastar 25 906 806 euros em 2018, 31 303 069 euros em 2019, e 2 603 792 euros em 2020.

Este concurso vai ser publicado no Jornal Oficial da União Europeia, para a ANPC adquirir os serviços de disponibilização e locação dos 50 meios aéreos que o Presidente da ANPC, Tenente-General Mourato Nunes, anunciou na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República no dia 12 de dezembro.

Pub

**El Rey D. Carlos**  
Restaurante Cafeteria  
Av. D. Carlos I, 124D Lisboa 213 905 658 918 690 171

**Aceitamos jantares de grupos**

**Aberto de 2ª a Sábado das 7h às 20h**

**El Rey D. Carlos deseja a todos os clientes e amigos**

**BOAS FESTAS!**

inem



## Falhas do INEM em Pedrógão Grande

Uma reportagem do programa da RTP, Sexta às 9, do dia 8 de dezembro, divulga os testemunhos de operadores do Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) que revelam que houve falhas e desorganização na prestação do socorro às populações que pediam ajuda durante as primeiras horas do incêndio de Pedrógão Grande. O INEM enviou aos meios de comunicação social, no dia 9 de dezembro, um esclarecimento sobre a sua atuação nos incêndios.

De acordo com o Sexta às 9, “os primeiros meios de emergência médica foram pedidos às 17h00. Mas o INEM só enviou 12 meios de exceção às 22h00, ou seja duas horas e meia depois da maioria das mortes se terem verificado. Até essa hora, o INEM só teve no terreno um helicóptero que retirou uma criança queimada, duas ambulâncias de socorro, uma viatura médica e emergência e outra de suporte imediato de vida.”

Uma das operadoras do CODU do Porto que falou com o Sexta às 9 (com a voz distorcida) disse que estava de serviço no dia 17 de junho e que, como os operadores podem ter acesso ao panorama nacional de emergências, começou “a ver muitas situações de ajuda diferenciada via Coimbra” e que “como vi que era tudo para a mesma zona de Pedrógão, é que as pessoas em pânico pediam ajuda. E qual o meu espanto

quando tentava ver se havia acionamento de meios e não havia nenhum meio despatchado para o acidente. [...] Esta situação provavelmente começou por volta das 17, e por volta das 10, 22 horas, é que começaram a ser acionados os meios”.

Sobre a autorização dos meios que estiveram “horas sem nada acionado”, outra operadora do CODU do Porto (com voz distorcida) disse que “penso que elas estavam pendentes de uma autorização da diretora regional de Coimbra, que estava incontactável. O próprio evento dizia isso. Tentaram o contacto com a diretora regional e não conseguiram”. A testemunha referiu ainda que a autorização estava pendente também do presidente do INEM, que também estaria incontactável.

### Reação do INEM

No comunicado “INEM esclarece atuação nos incêndios”, o Instituto Nacional de Emergência Médica refere que “o Sexta às 9 endereçou

ao INEM algumas questões genéricas sobre a atuação do Instituto nos incêndios, embora não tenham sido colocadas quaisquer perguntas concretas sobre o acionamento de meios de emergência médica nas primeiras horas da tragédia” e que “considera que seria verdadeiramente desejável, [...], ter tido oportunidade de clarificar com rigor a sua atuação, respondendo a situações concretas e não a perguntas genéricas como “a que se deveu a incapacidade para acionamento de meios?”, situação que o INEM, aliás, negou firmemente.”

Além disto, o INEM acusa o Sexta às 9, e muitos aspectos abordados no relatório do professor Domingos Xavier Viegas, “Complexo de Incêndios ocorridos em Pedrógão Grande e concelhos limítrofes, iniciados em 17/6”, de que “refletem o menor conhecimento na área da Emergência Médica e o desconhecimento de factos essenciais da atuação do INEM”.

Em relação ao testemunho

da operadores do CODU Porto, “que alegam não ter visualizado informaticamente os acionamentos realizados pelo INEM para Pedrógão Grande, convém esclarecer, novamente, que a Sala de Crise do INEM foi precisamente ativada com o propósito de impedir que as ocorrências relacionadas com a situação de exceção interferissem de forma significativa com o trabalho regular dos CODU do INEM, procurando apoiar e salvaguardar a normalidade da sua atividade.”

Sobre o acionamento de meios, o INEM diz que tal foi feito antes das 22h e que “às 18:00 horas do dia 17 de junho, o INEM ativou a sua Sala de Situação Nacional (Sala de Crise) e iniciou a preparação do dispositivo de meios suplementares a empenhar, apesar de ainda não haver conhecimento de qualquer vítima resultante destes incêndios. A primeira vítima apenas é conhecida às 18:26 horas, quando já se encontrava a caminho do local a Ambulância de Suporte Imediato de Vida (SIV) de Avelar, enviada por solicitação do CDOS de Leiria. Às 18:34 são enviados os primeiros elementos do dispositivo excepcional.”

Sobre a indisponibilidade da Diretora Regional do Centro e do Presidente do INEM, o Instituto reitera que a Sala de Situação foi acionada por decisão do Presidente “que esteve sempre a acompanhar de muito perto o evoluir da situação, em articulação com

o Oficial de Ligação do INEM ao CNOS, tendo-se inclusivamente deslocado para o Teatro de Operações.” A Diretora Regional do Centro “também acompanhou esta situação de exceção, tendo estado diretamente envolvida na preparação do reforço de meios do INEM que foram empenhados e, inclusivamente no CODU Coimbra e no terreno: enquanto médica, apoiou a Equipa da VMER do Hospital Universitário de Coimbra, juntamente com a equipa que a acompanhava, a prestar cuidados aos bombeiros que ficaram feridos, nesse mesmo dia, no cruzamento do Espinhal, e depois no Centro de Saúde de Castanheira de Pera.”

Outro aspeto levantado, não apenas durante a reportagem da equipa do Sexta às 9, mas também durante os próprios incêndios, foi o porquê de o Instituto não ter acionado o seu Hospital que Campanha. O INEM responde que “a utilização do Hospital de Campanha justifica-se, em situações excecionais, nomeadamente sempre que as estruturas de saúde existentes são afetadas e deixam de ter capacidade de resposta”, o que não se terá verificado, “dadas as características do Teatro de Operações, foi decisão operacional utilizar os Centros de Saúde (CS) de Castanheira de Pera e de Pedrógão Grande como Postos Médicos Avançados, reforçados com equipamento e equipas médicas do INEM”.

anpc



## Mais meios aéreos e fiscalização para as associações humanitárias

O presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), Tenente-General Mourato Nunes, esteve, no dia 12 de dezembro, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República, onde anunciou novas medidas que serão tomadas no panorama da proteção civil nacional.

Na audição, que foi um requerimento do CDS-PP, o presidente da ANPC disse que “preconizo a alocação de um total de 50 meios aéreos” e que “será reforçado o número de ações inspetivas” aos corpos e às associações humanitárias de bombeiros.

“Numa época em que os desastres e catástrofes estão a ocorrer com frequência crescente incrementados pelas alterações climáticas sentidas, constituindo uma grave ameaça à segurança das pessoas e ao crescimento económico e social do país, exigem-se respostas sistémicas, estruturadas e flexíveis” em que “O Estado, os agentes de proteção civil e todas as instituições, direta ou indiretamente implicadas, têm de orientar-se por estratégias comuns e agir de forma concertada”, disse o Tenente-General Mourato Nunes no início da sua intervenção onde enumerou várias medidas que estão previstas na Resolução do Conselho de Ministros 157-A/2017, de 27 de outubro.

Esta Resolução designa que seja feito um reforço às várias vertentes de proteção civil do país, sendo que em diversas medidas serão realizadas sob a responsabilidade de coordenação e gestão da ANPC.

De acordo com o presidente da ANPC, está prevista a “alteração da orgânica das pessoas e ao crescimento económico e social do país, exigem-se respostas sistémicas, estruturadas e flexíveis” em que “O Estado, os agentes de proteção civil e todas as instituições, direta ou indiretamente implicadas, têm de orientar-se por estratégias comuns e agir de forma concertada”, disse o Tenente-General Mourato Nunes no início da sua intervenção onde enumerou várias medidas que estão previstas na Resolução do Conselho de Ministros 157-A/2017, de 27 de outubro.

Esta Resolução designa que seja feito um reforço às várias vertentes de proteção civil do país, sendo que

da formação especializada e desenvolvimento de competências operacionais.”

### Comando Operacional

Relativamente ao comando operacional, o presidente da ANPC disse que é preciso “melhorar a ação coordenada entre o comando operacional e os diferentes agentes de proteção civil, integrados num único comando e controle operacional, ultrapassando as resistências institucionais que vão subsistindo, e encarando a prevenção, a proteção e o socorro em geral como uma verdadeira tarefa coletiva”. Para tal, o presidente da ANPC disse que é preciso “apurar os mecanismos para a coordenação dos vários intervenientes, sedimentar doutrina, uniformizar procedimentos e ferramentas informáticas de armazenamento, análise e gestão da informação produzida, tornar mais expeditos os

### Recursos Humanos

Além da definição de um mapa de pessoal próprio e “devidamente dotado” e “a implementação de uma estrutura de direção consolidada [...] mediante procedimento concursal”, está prevista a “consagração e definição da carreira da força operacional da Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Força Especial de Bombeiros, o fomento

canais técnicos e de comando, bem como promover ações de formação e levar a efeito exercícios tidos por necessários para promover uma verdadeira articulação entre os diversos intervenientes.”

### Fiscalização aos Corpos e Associações Humanitárias de Bombeiros

O Tenente-General Mourato Nunes adiantou que “é uma preocupação da presidência na persecução de um objetivo de rigor, transparência e isenção que deve pautar à atuação da Autoridade, em particular na vertente de concessão de apoios aos corpos de bombeiros e às associações humanitárias de bombeiros”, onde “será reforçado o número de ações inspetivas às referidas entidades e concomitantemente promovidas ações de auditoria interna”.

### Meios aéreos

As alterações previstas ao uso de meios aéreos, “uma ferramenta indispensável no combate aos incêndios florestais”, serão aplicadas no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais de 2018 e 2019, e compreendem a “mudança do número e tipologia dos meios a utilizar, bem como no alargamento do período de empenhamento, quer empenhamento ao longo do ano, quer no empenhamento diário.”

Relativamente ao alargamento do período diário, “face à imprevisibilidade e severidade meteorológica”, “importa assegurar o alargamento do período diário da operação, tendente a permitir que os meios aéreos possam operar enquanto existir luz solar, e não apenas 12 horas por dia”. O aumento da carga horária da operacionalidade dos meios aéreos irá reforçar a capacidade do ataque inicial aos incêndios e um maior apoio aos meios terrestres.

Os 50 novos meios aéreos anunciados pelo presidente da ANPC são: 38 helicópteros ligeiros, 6 aviões anfíbios médios, 4 aviões anfíbios pesados e 2 aviões de comando e controle. Um dos helicópteros ligeiros é destinado à Região Autónoma da Madeira.

Ainda sobre os meios aéreos, Mourato Nunes disse que a Autoridade “encontra-se a diligenciar em articulação com o referido ramo das Forças Armadas, a Força Aérea, e com a respetiva tutela, a resolução das problemáticas que impendem sobre algumas aeronaves que integram os meios próprios do Estado”, mais propriamente sobre os aviões Kamov.

### SIRESP

A juntar-se às duas estações-móveis do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança (SIRESP), existentes, “encontra-se a decorrer o procedimento aquisitivo de mais quatro, o que substanciará um manifesto incremento à eficácia do Sistema de Comunicações de Emergência, nomeadamente no que diz respeito à capacidade operacional.”

# aniversário



## Sapadores de Faro celebraram 135 anos

**O**s Bombeiros Sapadores de Faro celebraram no dia 2 de dezembro 135 anos de existência. Fundados em 29 de Novembro de 1882, com o nome de Associação de Sal-

vação Pública de Faro, em 1926 assumiram a designação de Corpo de Bombeiros Municipais de Faro. Em 2012 assumiram a designação de Bombeiros Sapadores de Faro sendo o seu Corpo exclusivamente composto por bombeiros profissionais.



# notícias



## Mais de 500 mil animais morreram nos incêndios de outubro

**E**m resposta às perguntas do deputado André Silva, do Partido dos Animais e da Natureza, o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento estimou que 507 370 animais morreram nos incêndios de outubro. Os produtores afetados vão ser compensados com uma linha de crédito de 5 milhões de euros.

Na resposta que está disponível na página do Parlamento, o Ministério da Agricultura refere que de acordo com os registos do Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA) na região afetada, "até à data de 30 de Outubro, [...] foram registadas as mortes de 881 bovinos, 5.398 ovinos e caprinos, 1.091 suínos e cerca de 500.000 aves". Os animais sobreviventes foram tratados por equipas de veterinários.

O Ministério avança que desde o dia 16 de outubro, por via da Direção Geral de Alimentação e Veterinária e das Direções Regionais de Agricultura e Pescas dos Norte e do Centro, está a avaliar a situação desencadeada pelos incêndios.

Em relação à alimentação dos animais, é referido que foi feito um levantamento das "necessidades alimentares dos efetivos animais [...] presentes nas explorações pecuárias atingidas" e que foi desencadeada uma operação de distribuição de alimentação em "5 plataformas logísticas localizadas em Gouveia, Monção, Vila Nova de Poiares, Tondela e Vagos".

Cem militares das Forças Armadas participaram na distribuição de alimentos compostos, de emergência (rações) e palha às explorações de animais atingidas pelos incêndios.

Também é referido que o Ministério "determinou ainda a criação de uma linha de crédito de 5 milhões de euros destinada a compensar os produtores pelo aumento dos custos de produção resultantes da seca extrema ou severa em Portugal, que tem agravado os efeitos nefastos dos incêndios, nomeadamente os custos relativos à alimentação animal devido à escassez de pastagens e forragens e de algumas espécies vegetais."

Também foram distribuídas 120 toneladas de açúcar para a alimentação das abelhas, tendo em conta que o setor da apicultura foi um dos mais afetados pelos incêndios.



## Estado garante a segurança do Túnel do Marão

**O** Secretário de Estado das Infraestruturas, Guilherme de Oliveira Martins, disse no parlamento, dia 13 de dezembro, que a segurança do túnel do Marão está garantida e que não houve falhas no sistema de segurança durante os acidentes que se registaram em junho e agosto de 2017.

O Secretário de Estado foi ouvido na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas sobre os incêndios no túnel do Marão no dia 11 de junho, quando ardeu um autocarro, e no dia 8 de agosto, quando ardeu um automóvel. Em nenhum dos incidentes registaram-se vítimas.

Guilherme de Oliveira Martins garantiu que durante esses incêndios, "o plano de emergência foi cumprido" e que "não houve falhas no sistema de segurança", ou seja, "a resposta foi satisfatória. Não houve vítimas e foi possível abrir ao

tráfego de forma célere". O Secretário de Estado das Infraestruturas informou que está a decorrer um inquérito da Autoridade Nacional de Proteção Civil ao incidente de junho, mas não avançou quando é que o resultado vai ser divulgado.

Sobre o atuação dos operacionais de proteção civil e a falta de meios durante esses incêndios, Guilherme de Oliveira Martins disse que "já foram tomadas medidas para melhorar e otimizar a atuação dos profissionais da proteção civil para responder a situações similares e que se mantém no terreno equipas de gestão e de intervenção".

Sobre a descentralização do centro de controlo do túnel do Marão para Lisboa, um motivo de polémica durante os incidentes, Guilherme de Oliveira Martins disse que se trata "de uma decisão técnica que cabe à IP [Infraestruturas de Portugal] avaliar".

Pub

**JACINTO**

LÍDERES EM VEÍCULOS DE COMBATE A INCÊNDIOS

Jacinto Marques de Oliveira, Sucrs, Lda  
Sede: Av. dos Correios, 191 - Apartado 47  
3885 - 999 Esmoriz, Portugal  
Escritórios e Armazém: Rua do Campo Grande, 132-184  
3885 - 530 Esmoriz  
Tel. +351 256 750 300 Fax. +351 256 751 481  
info@jacinto-Lda.com  
www.jacinto-Lda.com

PME líder

SGS

# fomos notícia

**Correio da Manhã - 14.11.17**  
Federação de Bombeiros pede reuniões urgentes com Marcelo e Governo

**Público - 17.12.17**  
Federação de Bombeiros pede reuniões a Marcelo e Governo para discutir alterações no sector

**Lusa-DN 19.12.17**  
Bombeiros Profissionais defendem manutenção da Taxa Municipal de Protecção Civil

**DN Madeira - 17.12.17**  
Federação de Bombeiros pede reuniões com Presidente da República e Governo

**RTP - 17.12.17**  
Bombeiros Profissionais e Voluntários estiveram reunidos

**Público - 16.12.17**  
Nova federação assume-se como a "representante de todos os bombeiros"

**Jornal da Madeira 20.12.17**  
Associação e sindicato dos bombeiros apoiam manutenção de taxa em Santa Cruz

# notícias



► João Guerreiro, antigo Reitor da Universidade do Algarve, volta a ser o presidente da Comissão Técnica Independente

## Incêndios de outubro vão ser analisados pela Comissão criada para fogos de junho

**A** Comissão Técnica Independente que foi criada para analisar os incêndios que deflagraram no dia 17 de junho, nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertã, tem a mesma missão para os incêndios do dia 15 de outubro.

O relatório final deve ser entregue ao Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, até ao dia 19 de fevereiro, para depois ser publicado em Diário de República e na página da internet da Assembleia.

A lei n.º 109-A/2017, que cria a Comissão, entrou em vigor no dia 15 de dezembro e estabelece que “a Comissão é composta pelos técnicos especialistas que integraram a Comissão Técnica Independente criada pela Lei n.º 49-A/2017, de 10 de julho, e designados nos termos aí previstos, para a análise célere e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram [...] entre 17 e 24 de junho de 2017.”

A Comissão tem como tarefas: “analisar o número de ignições, avaliando o seu grau de excecionalidade em função da época do ano, do dia da semana e das condições e previsões meteorológicas; analisar as causas determinadas das ocorrências, comparando-as com valores estatísticos para idênticos períodos, com especial relação para as causas associadas com focos secundários e reacendi-

mentos; analisar o comportamento dos maiores incêndios, avaliando, em particular, a sua intensidade e velocidade de propagação em função das características dos combustíveis e dos ventos; analisar a existência de Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios ativo nos concelhos afetados; analisar a fita do tempo, avaliando, nomeadamente, a resposta operacional no combate aos incêndios, no âmbito da deteção, ataque inicial e ataque ampliado; analisar as circunstâncias das fatalidades e a sua relação com o comportamento dos incêndios e, bem assim, as medidas tomadas; analisar a localização das edificações afetadas, designadamente das zonas industriais, e a sua relação com o uso do solo das suas interfaces.”

A Assembleia da República assegura o “apoio administrativo e financeiro, [...] aqui se incluindo a remuneração dos respetivos membros”.

### Xavier Viegas elabora relatório sobre fogos de outubro

O presidente da Associação de Vítimas do Maior Incêndio de Sempre, Luís Lagos, foi ouvido no parlamento, no Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Temática da Floresta Portuguesa e dos Incêndios, no dia 20 de dezembro, onde pediu que a equipa do professor Xavier Viegas faça um relatório para os incêndios de outubro, tal como fez para os de junho.

Ao jornal i, Xavier Viegas confirmou que o Primeiro-ministro já o convidou a elaborar um relatório sobre os incêndios de 15 de outubro.



**A ANBP/SNBP desejam a todos os associados, colaboradores e entidades que connosco colaboram votos de Boas Festas e um próspero Ano Novo**



distribuição

ter mais de 4 milhões  
de pontos de luz a  
iluminar todo o país

é brilhante

De norte a sul, estamos ligados  
à iluminação pública de todo o país,  
promovendo simultaneamente  
a implementação de novas tecnologias  
eco-eficientes que contribuem, já hoje,  
para que todos tenham um amanhã  
melhor.

E mais brilhante!



APP edp distribuição  
descarregue aqui grátis



a sua energia passa por nós

[edpdistribuicao.pt](http://edpdistribuicao.pt)